

In: MOUILLAUD, Maurice e PORTO, S. D (orgs.). **O Jornal, da forma ao sentido**. Brasília:Ed. UnB, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto**. Revista Esboços, nº 11, 2004. pág. 25-30. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/334/9893>. Acesso em 15/12/2013.

QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. Trajectos, Lisboa, n.6, p. 59-76, 2005.

RABAÇA, Carlos Alberto. BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 795 p.

ROSENDHAL, Zeny. CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

SANTOS, Humberto Ribeiro. **Já tive esse déjà-vu: capas de jornais e homes de sites na paisagem textual**. Dissertação de Mestrado. UFMG, 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo. Hucitec. 1988.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2002.

SARAMAGO, José. O Ouvido. In: COSTA, Maria Velho; SARAMAGO, José; ABELAIRA, José; BRAGANÇA, Nuno; HARTHERLY, Ana; NÓBREGA, Isabel. **Poética dos Cinco Sentidos**. Lisboa: Bertrand, 1979.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: ROSENDHAL, Zeny. CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 123p.

SCHAFER, R. Murray. **A afinação do mundo: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SCHAEFFER, Pierre. **Traité des objets musicaux**. Genèse des simulacres. Paris: Seuil, 1966.

De quem é o texto?

Carlos Falci

1. Dos limites e atravessamentos da questão

A pergunta que dá título a esse texto apresenta ao menos duas vias de investigação que me interessam, entre as várias possibilidades que ela sugere. Numa primeira, o “quem” se relaciona tanto com uma noção de autoridade quanto com a noção de autorização. Esse percurso nos coloca no momento de confecção do texto, ou melhor, nos instantes em que o texto coloca em trabalho os agentes que o circundam (sejam eles humanos ou não-humanos). Aqui dialogo tanto com Barthes (2004) quanto com Latour (2001), quando tratam do texto e das questões de mediação. Tais instantes são peculiares porque capazes de indicar uma narrativa ainda em estado de pré-figuração, antes de se tornar um conjunto lógico-temporal articulado como narrativa (Ricoeur, 1994). Não pretendo ainda buscar uma distinção baseada nas materialidades dos textos, embora elas estejam presentes e venham a ser abordadas ao longo dessa discussão.

Uma segunda abordagem sobre o “quem” nos posicionaria no momento de contato com o texto configurado, relativo às experiências de manipulação desse agente. O texto se apresentaria, seguindo essa visada, como um fluxo, uma plasticidade instável, apanhado a cada vez por uma perspectiva dife-

rente, que pode derivar de uma pessoa que o manipula, ou de um ser técnico que o faz aparecer, ou ainda organizado por um conjunto de mediações combinando vários elementos com interesses distintos.

A combinação dessas duas abordagens nos direcionará para discutir os traços e rastros digitais presentes em textualidades criadas com ambientes programáveis. Conectado a tal questão, temos outro termo importante da pergunta do título, o substantivo “texto”. É fundamental deixar claro que as vias delineadas (o “quem” e o “texto”) não são, necessariamente, caminhos com origens absolutamente bem definidas e distintas, seja no terreno lógico ou da configuração espacial dos textos. Como termos de uma pergunta, eles não se apresentam de maneira isolada entre si; proponho que sejam pensados em uma relação de tensão, de fricção. Feita a ressalva, é possível retomar o fio narrativo que começo a propor.

A segunda linha de investigação tem como princípio o fato de que os elementos que manipulamos, aqueles sobre os quais se deseja produzir uma autoridade, ou compreender como foram autorizados a aparecer, são textualidades, modos de comportamento de um texto. Os textos permanecem como algo que acessamos indiretamente, como o motor dos nossos movimentos com as textualidades, dentro das textualidades e a partir dessas textualidades. Para falar com Barthes (2004), o texto é uma produtividade, é o que coloca em trabalho os elementos que convoca para poder aparecer. As textualidades seriam as formas instáveis próprias de um texto, de todo e qualquer texto. Como formas, elas comportariam tanto um aspecto material quanto um aspecto imaterial. Não obstante a divisão indicada parece-me que o mais importante a ser destacado é uma “plasticidade” presente em toda textualidade, responsável por manter em contato os aspectos materiais e imateriais de um texto, ou os seus componentes lógico-temporais. Ou ainda, as combinações entre humanos e não-humanos convocadas na manifestação de um texto.

Feita essa introdução, o propósito desse texto ganha contornos mais nítidos, e esboço aqui a pretensão do capítulo. Desejo traçar cruzamentos entre os tópicos a seguir, de modo a elencar respostas possíveis à pergunta que nomeia minha análise. Os tópicos são: os processos e procedimentos de autorização, e as visadas sobre texto e textualidade com

ambientes programáveis. Em relação a estes últimos elementos, o foco do presente artigo se volta para o comportamento de metadados e algoritmos, como agentes que se situam a meio caminho entre um texto pré-figurado e um texto configurado. Os dois agentes indicados permeiam, a meu ver, textualidades com as quais nos conectamos quando agimos com ambientes programáveis.

Proponho, assim, compreendermos minha pergunta como uma maneira de fazer vibrar o texto que a sustenta, como uma forma de evocar a textualidade que ora se apresenta para leitura. Nesse sentido, não busco uma origem capaz de explicar o que o artigo pretende evocar. Antes, ela, a indagação, é resultado de um movimento que tento empreender em direção aos encaixes e desencaixes que os elementos “quem” e “texto” fazem existir.

Um texto pode ter autoridade em função das autorizações que o fazem circular, e também existir. Essas autorizações têm relação direta com o modo de ser das textualidades. Quando tratamos de textualidades midiáticas entram em cena combinações específicas relacionadas aos tipos de mídia aí presentes. Quero trabalhar investigando o que faz as textualidades surgirem e se manterem ativas como formas de perceber um texto. Quando penso os ambientes programáveis como o *locus* de análise é porque percebo a possibilidade de associá-los aos dispositivos, segundo o modo como Foucault (1998) e Deleuze (1990) tratam esse termo. Ou como agenciamentos que produzem autorizações sucessivas em relação ao texto. Destacam-se, em vista disso, as noções de agenciamento e dispositivo, sendo que as textualidades surgem como dispositivos de autorização dentro do texto e em relação ao próprio texto. É possível já notar que o conceito de textualidades, da forma como o utilizo, está entre um modo de aparição do texto, mas também como um dispositivo que provoca e movimenta o próprio texto. Procurarei, agora, situar com mais detalhes essas duas percepções.

2. Textualidades, enunciados e agenciamentos

As textualidades serão associadas, nesse artigo, ao que Foucault (2008) investiga quando trata dos enunciados e da função enunciativa. A delimitação abaixo nos ajuda a enveredar em direção à relação que proponho.

“O enunciado não é, pois uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita).” (FOUCAULT, 2008, p. 98)

Ressalto o caráter de função de existência que Foucault associa ao enunciado, com a finalidade de propor que as textualidades carregam essa mesma característica, sendo criadas nos agenciamentos das quais participam. Ao sugerir que se investigue o tipo de ato realizado pela formulação dos enunciados, enxergo nesse movimento a relação entre texto e textualidades. As textualidades realizam o texto, o que lhe dá uma característica de ser em movimento, de poder ser compreendido como um estrato que aparece momentaneamente num agenciamento. Foucault (2008) diz, ainda, do enunciado, que ele está ligado a um referencial e é constituído de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que nele podemos encontrar, nomeados, designados ou descritos. Distingo nas leis de possibilidade o que convoco como procedimentos de autorização, uma vez que essas leis delimitariam a potência do próprio enunciado de se tornar uma textualidade autorizada em meio a várias outras. A descrição do nível enunciativo, que associo com os procedimentos de autorização que fazem surgir textualidades autorizadas, só poderia ser realizada “pela análise das relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação, em que ele mesmo faz aparecer as diferenças.” (FOUCAULT, 2008, p. 103) As textualidades se assemelhariam aos espaços de diferenciação, pois seriam mais diversas que os enunciados autorizados. Estes, por sua vez, guardariam semelhança com os estratos dos agenciamentos e com os textos. O fato é que, se os textos são uma produtividade, também não se mantêm estáveis, e o seu surgimento momentâneo pode reposicionar e deslocar as relações entre distintas textualidades, o que é próprio de um agenciamento.

Deleuze & Guattari (1995), em vários momentos da obra “Mil Platôs”, discutem o termo agenciamento, sem necessariamente nos darem uma formulação acabada ou fechada para o conceito. Para caracterizá-lo, emprego

as várias características presentes num agenciamento, segundo os autores mencionados. Assim, podemos dizer que num agenciamento encontramos “linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação.” (DELEUZE & GUATTARI (a), 1995, p.11) O termo é vinculado ao movimento de conexão com outros agenciamentos e à ideia de algo que pode ser atribuível a um sujeito ou a um corpo sem órgãos. Importa aqui também compreender a capacidade do agenciamento de funcionar como um devir em que os estratos mencionados acima produzem uma composição, enquanto são simultaneamente atravessados pelo corpo sem órgãos, que desfazem os estratos e os mantém em estado de fluxo. Ao relacionar o agenciamento com a noção de corpo sem órgãos, Deleuze & Guattari afirmam que este último termina por funcionar nomeando os agenciamentos, “aos quais não deixa senão um nome como rastro de uma intensidade.” (DELEUZE & GUATTARI (a), 1995, p. 12). Surge então o rastro como a marca de uma intensidade, de uma autorização a um conjunto de elementos dentro do agenciamento, e retomarei a noção de rastro mais à frente nesse artigo, pois entendo que descrever o comportamento dos algoritmos, e dos rastros de suas ações, podem nos ajudar a perceber com mais detalhes os procedimentos de autorização na criação de enunciados com ambientes programáveis. Essa primeira delimitação de agenciamento comporta a noção de agenciamento maquínico, e cabe aqui abordar brevemente uma segunda delimitação, que diz respeito ao agenciamento coletivo de enunciação, em função do que ele faz operar no seio do conceito. O agenciamento coletivo de enunciação seria caracterizado por atos de linguagem que produzem transformações incorpóreas acontecendo em uma determinada sociedade e que podem ser atribuídos aos corpos dessa sociedade (DELEUZE & GUATTARI, (b), 1995). Tais transformações acontecem quando palavras de ordem delimitam de maneira instantânea e imediata o estado de um corpo, independentemente da duração desse estado. Arriscaria a afirmar que os procedimentos de autorização seriam como que transformações incorpóreas que as textualidades produzem em um texto, operando ao mesmo tempo no dentro e fora desse texto. As ações que as permitiriam esse tipo de operação são aquelas que vinculou à noção de enunciado, voltando a Foucault e aos seus procedimentos

arqueológicos e genealógicos, especialmente no momento de transição entre esses procedimentos, na sua obra. Para reforçar a ligação proposta, destaco ainda a visada de Zourabichvili, quando afirma que “se está em presença de um agenciamento todas as vezes em que pudermos identificar e descrever o acoplamento de um conjunto de relações materiais e de um regime de signos correspondente.” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 9). Saliento aqui o “estar em presença” da frase, porque ele se conecta com a simultaneidade do enunciado característico da transformação incorpórea, do efeito que ela produz e também com o que esboço adiante, quando menciono a maneira como as formações discursivas aparecem enquanto um discurso é pronunciado. Um agenciamento não é algo que se acopla a uma materialidade de uma vez por todas, o que nos sugeriria então fazer uma análise dessa materialidade como uma forma de desvelar o agenciamento. Antes, o agenciamento produz uma transformação nos elementos que convoca para funcionar, e é atravessado pelas materialidades que convoca. Dessa maneira, não se pode isolar um agenciamento do seu modo de existência num determinado instante, pois ele está em contato com tal intensidade enquanto pode existir e se fazer perceber.

As funções enunciativas são o que despontam no momento de aparição de um discurso enquanto tal, na ocasião em que ele se institucionaliza enquanto praticado. A institucionalização a que faço referência seria “uma realidade material de coisa pronunciada ou escrita” (FOUCAULT, 1999, p.8). A organização de um conjunto de enunciados, seja numa forma escrita, num conjunto de mídias ou num grupo de instituições e procedimentos regulatórios se apresentaria tanto como um discurso quanto como aquilo que autoriza a aparição desse discurso. É necessário então pensar a materialização de um discurso como um dispositivo, com seus elementos e articulações temporárias. As textualidades teriam também essa característica de dispositivo que apresenta o seu próprio funcionamento, ainda que de maneira implícita. A autorização para tais textualidades viria de sua própria capacidade de se tornarem materializadas, de se apresentarem como um conjunto coerente de enunciados. Essa coerência, no entanto, não garantiria de antemão uma validade para fora do seu discurso; outrossim, é a organização que a textualidade apresenta que se faz enquanto validação do que ela deseja dizer. Destaco na

frase acima o termo organização, porque vejo que em ambientes programáveis ele se encontra ligado intimamente à noção de conectividade, e ao modo como algoritmos e metadados produzem tais conexões.

O procedimento genealógico proposto por Foucault sugere descrever o conjunto de regras que regem os discursos, que os atravessam quando estes se encontram organizados numa materialidade específica, o que não significa ver tal materialidade como algo estático, a encerrar o discurso em si mesma. Antes, as regras se constituem no ato de organização dos discursos. Ao transportar esse raciocínio para o modo de ser dos metadados e dos algoritmos, é possível ver sua capacidade de funcionarem como regras que autorizam o comportamento de dados como uma função do dispositivo em que estão inseridos, e que também auxiliam a fazer funcionar. Dessa maneira, as textualidades, consideradas como dispositivos, produzem seus mecanismos de autorização, de acordo com a distribuição de autoridade entre os elementos que as compõem. Chamo aqui as distribuições de autoridade de regras, e enfatizo o caráter fluido e temporário de tais autorizações. Dizendo de outra forma, as regras atuam como agenciamentos que permitem perceber o texto através das textualidades em que este se materializa. O texto é, nessa lógica, um fenômeno a ser experimentado. A autorização para sua existência efêmera é um modo de comportamento da textualidade enquanto dispositivo que organiza agenciamentos.

A partir dessa proposição entendo ser necessário situar o modo como o conceito de dispositivo é articulado nesse texto. Tomo como referência as leituras que Agamben (2009) e Deleuze fazem do termo em Foucault. Uma análise pormenorizada do conceito de dispositivo pode ser encontrada nesse livro, no artigo “Mídia e dispositivo: uma aproximação”, que faz um percurso bastante criterioso das diversas acepções utilizadas por autores distintos sobre a ideia de dispositivo.

3. O dispositivo em Agamben e Deleuze

Podemos encontrar numa entrevista concedida por Foucault, em 1977, uma delimitação bastante ampla do conceito de dispositivo, segundo a qual este é

“um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 1998, p. 244).

Agamben inicia sua discussão sobre o dispositivo evocando a entrevista de Foucault, para então buscar elementos a partir dos quais podemos pensar o modo como o termo dispositivo é compreendido nesse artigo, quais sejam: a noção de que o dispositivo é em si mesmo a rede que se estabelece entre vários elementos heterogêneos; e o fato de o dispositivo resultar do cruzamento de relações de poder e de saber. Os procedimentos de autorização que determinadas textualidades fazem funcionar seriam como que um traço das redes construídas por tais textualidades. Isso porque os ambientes programáveis articulam elementos heterogêneos como algoritmos, discursos, *hardware*, estruturas de programação, redes de comunicação, entre outros. E porque fazem aparecer e são resultado de relações de poder e de saber que estão presentes em cada um dos elementos acima.

Avançando na análise do conceito de dispositivo em Foucault, Agamben chega a uma proposição que me parece bastante pertinente para olharmos as textualidades com ambientes programáveis. Criando uma divisão entre “de um lado, os seres vivos (ou, as substâncias), e, de outro, os dispositivos em que estes são incessantemente capturados”. (AGAMBEN, 2009, p. 40) O autor posiciona os sujeitos como o resultado a relação entre os seres vivos e os dispositivos e assim, abre espaço para apresentar os processos de subjetivação como o resultado desse contato. O filósofo italiano aponta que esse era o momento, nas sociedades disciplinares, em que o dispositivo se apresentava como uma maneira de governar os sujeitos por ele capturados. Em sua visão, o dispositivo “nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito.” (AGAMBEN, 2009, 38) Esse é o ponto que sustenta a relação ora proposta entre textualidades com ambientes programáveis e a noção

de dispositivo. Se os sujeitos são produzidos pelo próprio modo de ser do dispositivo, pergunto se é pertinente ainda buscar o “quem” teria posse de um texto? Se, desde o início, faço a questão, é porque vejo deslocamentos possíveis nas respostas hipotéticas que a pergunta enseja. Quero, a partir de agora, voltar a direção desse capítulo para os rastros e traços provocados pelas autorizações de fala que permeiam, atualmente, várias textualidades produzidas com ambientes programáveis. A hipótese que orienta essa guinada traz no seu bojo uma vontade de buscar a presença do “quem” nos rastros digitais deixados por conexões diversas, os quais seriam responsáveis por um duplo agenciamento em relação aos procedimentos de autorização: de um lado, há rastros digitais propositalmente tomados como materialidades a serem utilizadas de acordo com conjuntos específicos de regras (os algoritmos); de outro, estariam esses mesmos rastros alimentando uma existência continuada de algumas textualidades, cuja “autoridade” seria marcada pelos traços materiais que nelas podemos encontrar (o uso de metadados, por exemplo). Se mais uma vez indico a agência, ou os agenciamentos que algoritmos e metadados são capazes de ocasionar em meio às textualidades programáveis, é preciso trazer à tona o modo como eles se articulam nessa discussão.

4. Metadados e algoritmos

A abordagem sobre os metadados procura delimitar o comportamento desses elementos dentro de, e com ambientes programáveis. Os algoritmos serão discutidos a partir de uma abordagem que os situa como um grupo de enunciados de cujos traços temos evidência quando são postos a articular elementos muito variados como interfaces, *hardware*, *software* e, obviamente, os metadados.

Metadados podem ser considerados tanto uma descrição sobre um conjunto de dados quanto o seu modo de funcionamento num determinado contexto, se analisarmos a forma como foram criados. (Manovich, 2002; Matthews, Aston, 2012). Num sentido mais geral, os metadados são o que permitem que o computador recupere informações, porque propiciam ao computador manipular os dados, além de realizar diversas outras tarefas, como mover os dados, comprimi-los etc (Manovich, 2002). O computador

cria uma relação de reconhecimento, mas também de apropriação dos dados, através dos metadados. A apropriação é como a institucionalização que o estabelecimento de um arquivo gera em relação a documentos específicos. No entanto, os metadados não são arquivos em si; podem, no máximo, serem conectados com rastros de uma ação. No momento em que esses metadados tornam-se também manipuláveis por grupos de humanos e não-humanos que interagem com uma determinada interface, a operação de apropriação se torna mais complexa, em função do número de agentes envolvidos. Dependendo da forma como o metadado é organizado e colocado para funcionar numa determinada interface, ele talvez seja capaz de gerar uma passagem entre a noção de rastro e arquivo, criando um procedimento de autorização de um discurso, por exemplo. Quando há uma apropriação de um conjunto de metadados numa organização eventual (a partir da ação de grupos de algoritmos, por exemplo, para produzir uma visualização de informações numa interface), inicia-se a criação de uma marca temporal, semelhante a um rastro, a um vestígio de uma ação no tempo. Há uma peculiaridade nessa relação de similitude, no entanto. Há metadados que são construídos e disponibilizados para garantir uma maior estabilidade temporal da ação à qual se referem, enquanto outros talvez sejam mais fluidos. Sugere-se pensar que quanto maior é a capacidade do metadado de fornecer uma visão unívoca sobre uma textualidade, mais o metadado se aproxima do caráter institucional próprio dos arquivos, o que aumentaria sua potência de autorização de tal textualidade. Inversamente, quanto menor essa capacidade, mais o metadado se configura como um rastro, como um vestígio, e nesse sentido, sua potência de autorização aparece ainda com algo instável e ambíguo. Não se trata de criar uma oposição excludente entre arquivos e rastros, e sim de reforçar a continuidade entre um e outro tipo procedimento de autorização. Em ambientes programáveis, potencializa-se a passagem entre rastros e arquivos, o que mostra como os procedimentos de autorização em tais ambientes é algo contingente, provável e aberto ao equívoco. Esse é o ponto central da hipótese que ora desenvolvo. Os metadados são descritores de dados, num sentido muito preciso do termo; o que acontece num ambiente programável é que esses elementos podem ou não ser reconhecidos como tais pelo tipo de algoritmo que é designado para buscar dados e realizar operações de autorização

de procedimentos com a máquina. A busca de dados reconhecíveis é como um primeiro procedimento de ordenação, como se estivéssemos diante do momento da produção de um discurso, como Foucault (1999) indica quando trata do tema. Os metadados estão sujeitos e auxiliam nessa produção em que há seleção, controle, organização de grupos de procedimentos cuja função parece ser, no caso dos algoritmos, apenas indicar a melhor solução para um problema. O fato é que os algoritmos não são imparciais, nem completamente objetivos, pois são atravessados não só por questões de ordem social, jurídica, econômica quando da sua elaboração, mas também por questões técnicas que se relacionam justamente com o tipo de metadados que devem reconhecer quando lidam com informações variadas. Isso nos leva a outro ponto importante: os metadados, por outro lado, não só auxiliam no controle, mas atravessam e trespassam tais mecanismos, provocando fissuras, fricções e explicitando o modo como os procedimentos de autorização são, simultaneamente, mecanismos de exclusão das textualidades criadas com ambientes programáveis. Essa afirmação nos leva a tentar caracterizar o modo como funcionam os algoritmos e qual é o seu papel político nos procedimentos de autorização com ambientes programáveis. Como algoritmos não são elementos cujo funcionamento é aberto de maneira simples e abrangente, o movimento que empreendo demanda rastrear os traços que os algoritmos deixam quando estão em agenciamento com dados e metadados.

Numa definição ao mesmo tempo ampla, mas que se diz precisa tecnicamente, um algoritmo é um conjunto de instruções para a realização de uma ou mais ações. A amplitude não nos parece incompatível com a precisão, uma vez que é a partir dessa lógica que se podem estruturar algoritmos com funções específicas. Mesmo considerando um grau de detalhamento que pode ser muito elevado, um algoritmo permanece sendo o conjunto de instruções que rege a execução de uma ação. Entretanto, esse é também o perigo de tal caracterização. O uso do verbo reger, propositalmente, me permite fazer alusão ao conjunto de regras que regem um discurso. Não intento provocar uma associação direta com a enunciação de Foucault sobre as formações discursivas, uma vez que a discussão empreendida por este autor não nos permitiria encontrar tal conjunto de regras encerrado numa materialidade fixa e rígida. E, no entanto, os algoritmos, embora possam ser decodificados

e trabalhados a partir dessa materialidade que se tornaria, assim, aparente, não podem ser separados, no seu sentido de agência, daquilo que põem a funcionar. Dito de outra forma, os algoritmos não são pura e simplesmente uma materialidade inerte, apenas à espera de um qualquer conjunto de dados que os permita exercer um certo agenciamento.

Rob Kitchin, num breve histórico das definições aplicáveis ao termo algoritmo, complexifica a discussão, acrescentando às ações dos algoritmos algumas questões a serem consideradas:

“a lógica discursiva por trás das traduções de problemas em linguagem computacional; os atravessamentos sociais, políticos, econômicos por trás da codificação discursiva em algoritmos; e o modo como algoritmos realizam suas tarefas, os quais levantam preocupações políticas, econômicas e éticas.” (KITCHIN, 2014, p. 7, trad. nossa):

Lidar com algoritmos, nessa lógica, requer sempre trabalhar e compreender as questões de tradução aí envolvidas. Tal fato pode ser associado ao conjunto de regras que irão autorizar a visibilidade de um determinado documento, por exemplo. As questões de tradução acabam por se relacionar com os procedimentos de autorização, com as noções de agenciamento e de mediação entre e com os códigos. E são também temas que se dirigem e interferem nas narrativas a serem criadas, o que pode nos conduzir a uma possível relação entre algoritmos e textualidades visíveis ou invisíveis. Kitchin, em sua análise, enfatiza ainda o fato de que a lógica computacional, em cuja base encontramos os algoritmos em funcionamento, prioriza formas de perceber e agir no mundo. Destaco aqui o cuidado para que não se veja nessa afirmação uma postura de determinismo tecnológico. Se compreendo os algoritmos como presentes num agenciamento, como capazes de criar agenciamentos, mas também sujeitos aos mesmos, conseqüentemente a lógica computacional não deve ser entendida como uma máquina isolada de todo um corpo social, técnico e político com o qual ela, o tempo todo, faz fricção.

Christopher Anderson (2011) traz um bom exemplo sobre tais fricções, quando analisa as relações entre jornalismo, “jornalismo algorítmico” e uma “audiência algorítmica”. Segundo esse autor, o jornalismo feito com uso de algoritmos seria capaz de modificar o que entendemos como notícias, como a audiência deve ser compreendida e, conseqüentemente, poderia formatar

o tipo de notícias com as quais um determinado público deveria se engajar. Ainda que pareça uma forma exagerada de ver a ação política dos algoritmos, não se trata de um universo distante ou puramente inverossímil, se pensarmos em *bots* que caçam ou produzem notícias. No texto de Anderson o que verificamos é uma tentativa importante de mapear as controvérsias abertas pelo uso de algoritmos na prática jornalística. Outra vez, somos remetidos aos processos de autorização presentes nas textualidades criadas com ambientes programáveis.

Tarleton Gillespie (2014) enxerga nos algoritmos uma valência política, capaz de conferir relevância pública a tais elementos. De acordo com os princípios enumerados por esse autor, seis ao todo, a relevância pública dos algoritmos se relaciona com sua capacidade de produzir e certificar o conhecimento. Ora, um dos sinônimos para a noção de certificação é justamente o termo autorização. Vejo aqui uma clara conexão entre os procedimentos de autorização e o agenciamento com e através dos algoritmos. Os agenciamentos com algoritmos estariam conectados pela possibilidade de, ao se colocar os algoritmos em funcionamento, eles gerarem transformações incorpóreas, como autorizações. O importante é que como estamos falando de algoritmos, ainda haveria aqui a abertura para um atravessamento, que pode ser causado por um uso não esperado de metadados. Afinal, se os algoritmos interpretam dados através de metadados a eles relacionados, uma alteração nesses últimos elementos terá interferência direta no tipo de autorização que o algoritmo é capaz de gerar. Surge a possibilidade de um deslocamento dessa autorização.

Voltando ao que nos diz Gillespie, mais particularmente, os algoritmos seriam capazes de delimitar o que pode ou não ser incluído num discurso; podem influenciar a escolha de elementos para integrar um conjunto discursivo; auxiliam a determinar o que é ou não relevante para, por exemplo, circular em vários ambientes em rede; prometem uma imparcialidade e objetividade em função do seu caráter técnico e supostamente não subjetivo. Como o próprio pesquisador admite, tal lista só pode ser considerada em caráter provisório, pois os algoritmos tem a capacidade de se atualizarem ou serem atualizados, de acordo com os variados modos de aplicação dessas regras.

Como os algoritmos são partes integrantes de conjuntos sócio-técnicos complexos, e se conectam de formas variadas e em várias instâncias de atuação dentro desses conjuntos, cabe retomar o termo “quem” do título, para reforçar a hipótese de procedimentos de autorização quando tratamos de textualidades midiáticas com ambientes programáveis. Se dentro desses ambientes encontramos regras discursivas associadas aos algoritmos, nos parece mais produtivo e provocativo um caminho de pesquisa que evidencia os modos como algoritmos agenciam conexões entre dados e metadados; como reconhecem e selecionam determinados elementos que irão tornar visíveis; como, enfim, agem como dispositivos, funcionando dentro de dispositivos mais complexos, capazes de produzir sistemas de autorização de textualidades. Ao tomar esse rumo, sugerimos que o “quem” não seja entendido como uma figura estanque, ou mesmo associado a somente um elemento dentro de uma textualidade específica. A investigação das conexões promovidas por algoritmos em conjuntos com dados e metadados surge como uma possível alternativa para compreender os movimentos de autorização com ambientes programáveis.

Uma vez que os processos de autorização se relacionam com conexões instáveis e dinâmicas, talvez seja infrutífero e ilusório buscar supostas fontes isoladas de autoridade. O movimento que sugiro aqui, considerando as redes complexas de algoritmos, bem como o fato de seus códigos serem de acesso bastante restrito, e terem um modo de funcionamento entrelaçado e encaixado, é aquele de procurar os rastros digitais que os algoritmos deixam quando manipulamos os dados e metadados, os quais estão na base do trabalho de tradução dos algoritmos. Não se trata de tentar subverter as ações dos algoritmos, de revoltar-se contra suas formas de autorização, mas sim de jogar com essas formas para que nesse movimento surjam rastros significativos do modo de funcionamento ou das regras discursivas. Trata-se não de achar uma origem dessas regras, mas de descrever os variados rastros quando os processos de autorização se deparam com configurações exclusivas de dados e metadados.

5. Sobre rastros, arquivos e rastros digitais

Para abordar a questão dos rastros e arquivos exploro o modo como Paul Ricoeur (1997) e Carlo Ginzburg (1989) discutem traços, sinais e rastros e sua função dentro do que busco caracterizar como procedimentos de autorização. Discuto, ainda, a visão que Jeanne Marie Gagnebin (2012) elabora sobre o papel dos rastros a partir de sua leitura de Walter Benjamin. Termino essa seção com a abordagem de Fernanda Bruno sobre rastros digitais, destacando a característica de fluidez e instabilidade que a autora atribui a esses elementos, e como isso pode nos auxiliar nas respostas possíveis à pergunta que dá nome ao capítulo.

Os rastros seriam tanto as marcas de que algo se passou, ou de que algo passou por um lugar, bem como a ação que produziu aquela marca, aquele vestígio. A passagem que produz a marca confere ao rastro uma dinâmica, a possibilidade de resgatar a narrativa que criou tal marca da passagem; e ao mesmo tempo, essa marca tem uma permanência no aqui e no agora, fundamentalmente ligada ao documento que contém o rastro. (Ricoeur, 1997) O rastro então é, ao mesmo tempo, móvel e estático, porque fala de um ato que aconteceu, e se faz visível naquele momento em que é reconhecido enquanto tal, numa inscrição mais duradoura. Nesse sentido, é construído na própria busca de um lugar passado, e não somente como a confirmação de que esse lugar passado existiu. Por essa razão, entendo que o rastro não pode ser dissociado da operação que produz textualidades capazes de autorizar um determinado texto, e de terem autoridade sobre o mesmo. Os rastros seriam como que uma primeira etapa da autorização que a textualidade irá produzir, que pode derivar naquilo que Ricoeur chama de arquivo. Este teria três características principais: ele se relaciona com um corpo organizado de documentos; com uma instituição, com uma atividade institucional; e, ainda, o arquivo é o que conserva ou preserva os documentos sobre um fato passado, o que faz com que tais documentos sejam investidos de certa “autoridade” sobre o acontecimento ao qual fazem alusão. O arquivo pode ser constituído de um documento, confundindo-se com ele e sua narrativa, ou pode ser uma tessitura entre documentos de uma determinada espécie, por exemplo. A visão de Ricoeur sobre os arquivos deve ser relacionada ao

papel que os documentos e os rastros têm em relação a um fato acontecido no passado, para que se possa compreender proximidades e distâncias entre arquivos e rastros, através do modo como os documentos são organizados. Podemos talvez falar de três intensidades diferentes operando em cada um desses instantes de autorização: o rastro é ainda uma pré-figuração do acontecimento, conquanto tenha sugestões da narrativa que é capaz de produzir; o documento apresenta-se como a escolha de alguns rastros, e sua consequente autorização enquanto rastros; e o arquivo é já a institucionalização daquilo que já estava contido no rastro, mas apenas como ranhura. Se tomarmos o arquivo como um enunciado, é possível relacionar a sua “criação” a uma escolha arbitrária, uma vez que os acontecimentos passados são selecionados a partir de uma motivação, de uma pergunta ou questão que se deseja investigar, feita a documentos coletados e que se relacionam com um acontecimento anterior. Estas perguntas seriam, no caso de ambientes programáveis, os conjuntos de algoritmos operando com o intuito de solucionar uma questão, de realizar uma ação específica. Os arquivos, ao serem investidos de tal condição, permitem que se criem, a partir da delimitação temporal que eles mesmos produzem, novas associações entre acontecimentos que tiveram lugar num tempo passado. Descubrem-se assim, tessituras ainda não reveladas, que provocam as textualidades surgidas nesse processo a se revolverem sobre si mesmas. Ao mesmo tempo, os arquivos podem ser invenção, uma vez que aquilo que se chama arquivo pode ser criado pela própria narrativa, na escolha de elementos antes não considerados como pertencentes aos acontecimentos passados. Em ambos os casos, olha-se para fatos passados e para os documentos que lhes servem de comprovação a partir de uma questão que irá torna-los (os documentos) uma evidência do acontecimento que se deseja lembrar. (Ricoeur, 1997) Os metadados, em ambientes programáveis, ganhariam a característica de rastros, conquanto se portassem como uma marcação, no aqui e no agora, de que algo se passou. E ao serem trabalhados de maneira a poderem indicar vários atos passados, a partir de pontos de vista distintos, tornar-se-iam maneiras de orientar a caça, a busca, típica dos rastros (Ricoeur, 1997). Tal caça não se bastaria mais apenas com um resgate de algo que se passou, mas teria o poder de inventar e autorizar cenas, narrativas, imagens, situações. (Ginzburg, 1989) .

O caráter paradoxal dos rastros, que me remete à ideia de equivocidade, é indicado por Jeanne Marie Gagnebin (2012) ao tratar do tema em sua leitura de Walter Benjamin. Segundo a autora, o rastro é marcado por uma fragilidade, pois está sempre sob a ameaça de ser apagado, “ou de não ser reconhecido como signo de algo que assinala”. (GAGNEBIN, 2012, p. 27). Nesse ponto me interessa a abertura do rastro como algo aleatório, não intencional, e que pode vir a indicar não o que se passou, posto que deve ser reconstruído para significar algo. No processo de compreender o que um rastro pode revelar, ele pode remeter a algo que esteja em excesso em relação à vontade consciente dos que o produziram.

“enquanto signo, no sentido clássico do termo, em particular o linguístico, que tenta transmitir uma ‘mensagem, como se diz relacionada às intenções, às convicções, aos desejos do seu aturo, o rastro pode se voltar contra aquele que o deixou e até ameaçar sua segurança.” (GAGNEBIN, 2012, p. 32)

Acontece aqui um duplo deslocamento criado pelo rastro: como presença de uma ausência, ele nos permitiria, ao olharmos para os detalhes que indicam os traços de uma ação, entrar em contato com os processos de autorização dos quais sobraram tais rastros. Ao mesmo tempo, como são ausência de uma presença, podem apontar para a ambiguidade e a fissura dos processos de autorização, o que acontece no mesmo instante em que buscamos ver o que os rastros indicam. Caberia a cada um (humanos e não-humanos), envolvido dentro de um agenciamento que investiga os rastros, construir as relações de autorização que eles poderiam vir a indicar. O caráter instável e aberto dos rastros se faz presente na reflexão de Fernanda Bruno (2012) sobre os rastros digitais. A autora defende que toda e qualquer ação nas redes provoca rastros potencialmente recuperáveis, e tais rastros são em número e variedade bastante significativos. Numa tentativa de delimitar o que seriam os rastros digitais, a pesquisadora indica o que denomina de postulados sobre os rastros digitais. Sem elencar tal lista, quero, no entanto, tomar os caracteres gerais conferidos aos rastros pela discussão que Bruno realiza, e que nos parecem, os caracteres, bastante apropriados para dialogarmos com a nossa pergunta. Os rastros são aqui também prenhes de ambiguidade,

pois são quase-objetos (Serres, 1991), e estão entre as ideias de presença e ausência; duração e transitoriedade; identidade e anonimato, entre outras, não podendo ser capturados em nenhuma das duas pontas de qualquer um dos pares. Não são, igualmente, um ponto de equilíbrio entre opostos. Pelo contrário, estão numa situação de quase existência, o que lhes dá um caráter polissêmico, fragmentário e ambíguo. Afinal, ainda seguindo a discussão de Fernanda Bruno, os rastros são, em todos os casos, mais ou menos: recuperáveis, voluntários ou conscientes, atrelados à identidade de quem os produz, duráveis ou persistentes. São elementos cuja potência de descrição de uma ação não esgota o que a ação pode significar e, por isso, nos parecem muito apropriados para traçarmos os modos como algoritmos e metadados se relacionam com as textualidades e com processos de autorização.

6. Em busca de rastros que indiquem um caminho

Os rastros nos ajudam a desestabilizar respostas rígidas à pergunta que intitula esse texto. Isso se deveria ao fato de, ao seguirmos um rastro, nos depararmos com textualidades institucionalizadas, mas cuja autoridade é instável, pois o que temos aí são os traços dessa autoridade. É o que acontece, por exemplo, quando buscamos compreender a origem de uma textualidade a partir do conjunto de algoritmos que se relaciona com ela num agenciamento. Os algoritmos produzem interferências entre si, trabalhando igualmente com rastros de hardware e software, com traços deixados por agentes em sua ação numa interface. Não há como isolar um algoritmo para compreender o seu papel num determinado agenciamento, uma vez que são as territorializações e desterritorializações que ele produz o que caracteriza sua aparição. Algoritmos existem na ação, em estado de, de acordo com rastros que capturam à sua volta, através de procedimentos de autorização previamente estipulados, mas que podem ser friccionados e fragmentados se os rastros significarem o não esperado pelo algoritmo. Uma forma de criar essas tensões pode ser vista quando se associam metadados de um tipo de conteúdo a dados de outro tipo. Os algoritmos leem os metadados, entendem que devem interpretar os dados a eles associados, e seguem conjuntos de procedimentos baseados, assim, num equívoco. As textualidades que daí

emergem, longe de se mostrarem como autorizações esperadas resultantes da ação do algoritmo, problematizam justamente o seu caráter, bem como o tipo de autorização que emanam.

Algoritmos e metadados podem exercer o papel de atores quando as mediações ocorrem com ambientes programáveis. Latour (2001), ao discutir o mito de Dédalo, sugere que na esfera dos engenheiros e dos artífices nenhuma ação não-mediada seria possível. Essa esfera é justamente aquela que entendo ser própria de ambientes programáveis, posto que aí se evidencia uma não separação entre a ação, o seu suposto sujeito e o seu suposto objeto. Se nenhuma ação não medida é possível, cabe entender as características da mediação, e vou destacá-las aqui brevemente para seguirmos os rastros que delas se desprendem. Vejamos, novamente, Latour, quando fala da mediação técnica. Para tratar do conceito, ele nos diz que uma mediação técnica é capaz de transladar objetivos contidos no conjunto de regras e procedimentos que rege as ações. Ora, é precisamente o que fazem algoritmos e metadados quando entram em contato numa interface. Eles não funcionam somente lendo e permitindo ler dados, mas deslocam os seus significados e, conseqüentemente, tensionam as regras sob as quais devem funcionar. Obviamente, se os dados se adequam aos algoritmos de maneira exata, esse processo é praticamente invisível. O fato é que mesmo nesses casos, é preciso “autorizar” os dados e metadados previamente, para que eles saibam como funcionar. Os processos de aprendizagem para a autorização deixam rastros, que podemos mapear para perceber como as textualidades surgem com ambientes programáveis. Por exemplo, aprender como criar resultados eficazes num sistema de buscas como o Google fornece inúmeros rastros aparentemente não desejados para a autorização final do resultado. Mas são esses traços aqueles que nos permitem verificar a instabilidade das textualidades assim fabricadas. Testarmos as várias possibilidades de buscas dentro do sistema nos levaria a perceber de maneira mais detalhada as tensões envolvidas no processo, e talvez permitisse o “abandono” do “quem” da nossa pergunta. Coloco o termo entre aspas porque entendo que não se trata de simplesmente desconsiderar a importância do primeiro termo da questão, mas de reposicioná-lo enquanto termo, produzir um deslocamento. E de que ordem é esse deslocamento? Proponho, como uma conclusão e um caminho de pesquisa, justamente deli-

mitar o “quem” nas conexões que acontecem dentro dos ambientes programáveis, entre algoritmos e metadados, além de todos os outros elementos aí presentes. Dessa forma, aponto para a importância de estudarmos as conectividades que aparecem nos agenciamentos sociotécnicos, pois elas se configuram como passagens, mas também como estratos temporários que as textualidades habitam. Aí estariam os textos relativos ao “quem” da nossa pergunta. Nesse local, eles, textos, não conseguiriam permanecer por muito tempo, sujeitos que estariam a novas conectividades entre algoritmos, outros metadados e outros dados que podem entrar em contato com os ambientes programáveis em conexão. As conectividades nos parecem merecer essa atenção porque carregam em seu bojo tanto a abertura para os tensionamentos próprios de um agenciamento, quanto a necessidade de colocarem em contato e estabilizarem os elementos desse agenciamento, mesmo que momentaneamente. Dessa maneira, as vejo como procedimentos de autorização das textualidades, mas dinâmicas, em constante movimento, o que nos levaria a ver o quem como multiplicidade, e não como um conjunto de múltiplos separados atuando em conjunto.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- ANDERSON, C. W. Deliberative, agonistic, and algorithmic audiences: journalism's vision of its public in an age of audience transparency. In: **International Journal of Communication**, vol. 5, 2001, p. 529-547.
- BARTHES, Roland. **Inéditos - Teoria**, volume 1. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BRUNO, Fernanda. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. In: **Revista FAMECOS**, v. 19, n. 3, p. 681-704, 2012.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. (a) **Mil Platôs**; capitalismo e esquizofrenia. Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. vol 1.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. (b) **Mil Platôs**; capitalismo e esquizofrenia. Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. vol 2.
- DELEUZE, G. ¿Que és un dispositivo? In: BALBIER, E. et al. **Michel Foucault**, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro:

- Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 13a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apagar os rastros, recolher os restos. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime.(org.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.
- GILLESPIE, Tarleton. The relevance of algorithms. In: GILLESPIE, Tarleton; BOCZKOWSKI, Pablo; FOOT, Kirsten. (eds) **Media technologies**, essays on communication, materiality, and society. Cambridge: MIT Press, 2014.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**; morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- KITCHIN, Rob. **Thinking critically about and researching algorithms**. 2014. Disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2515786. Acesso em 18 mar 2016.
- LATOURE, Bruno. **A esperança de Pandora**; ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- MANOVICH, Lev. **Metadata, mon amour**. 2002. Disponível em <http://manovich.net>. Acesso em 27 jun 2013.
- MATTHEWS, Paul; ASTON, Judith. Interactive multimedia ethnography: archiving workflow, interface aesthetics and metadata. In: **ACM Journal on Computing and Cultural Heritage**, vol. 5, n. 4, 2012. p. 1-13.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Trad. Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.
- SERRES, Michel. **O contrato natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2004.